

**CENTRO PAULA SOUZA  
ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROF. HORÁCIO AUGUSTO DA  
SILVEIRA**

**Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em  
Administração**

**Gabriel Laterza Esteves**

**Lucas de Oliveira**

**Maria Eduarda Pinheiro Peroti**

**Maria Fernanda Cruz dos Santos**

**Mariana Moraes Prado**

**Educação Financeira dos Jovens Concluintes do Ensino Médio**

**São Paulo**

**2024**

**Gabriel Laterza Esteves**  
**Lucas de Oliveira**  
**Maria Eduarda Pinheiro Peroti**  
**Maria Fernanda Cruz dos Santos**  
**Mariana Moraes Prado**

**Educação Financeira dos Jovens Concluintes do Ensino Médio**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Administração da ETEC Prof. Horácio Augusto Da Silveira, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Cristiani C. Santos e Luciana P. Fossa, como requisito parcial para obtenção do título de Técnico em Administração**

**São Paulo**

**2024**

## BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Cristiani Costa Santos

---

Prof<sup>a</sup> Luciana Pereira Fossa

---

Prof<sup>a</sup> Cristiano de França

---

Prof<sup>a</sup> Fabio Henrique Rezende de Brito Gama

---

Prof<sup>a</sup> Lauro Silva

---

Prof<sup>a</sup> Nivaldo Troiano

## **RESUMO**

A educação financeira é um tema crucial para os jovens concluintes do ensino médio, pois fornece conhecimentos essenciais para a gestão adequada de recursos e tomada de decisões financeiras. O objetivo deste trabalho é analisar a importância da educação financeira no contexto atual, abordando sua definição, histórico e os principais termos financeiros. O estudo categoriza diferentes gerações, explorando como essas influenciam o comportamento no mercado de trabalho e o consumismo. A pesquisa destaca a relação entre consumismo e economia, evidenciando o impacto do marketing no comportamento de compra dos jovens. A falta de educação financeira resulta em sérios problemas, como endividamento e inadimplência, o que reforça a necessidade de sua inclusão no currículo escolar. A pesquisa de campo revela que a formação em educação financeira afeta positivamente as decisões financeiras futuras e o grau de endividamento dos jovens. Em conclusão, a educação financeira é fundamental para capacitar os jovens a enfrentarem os desafios econômicos, contribuindo para um futuro financeiro mais saudável.

**Palavras-chave:** educação financeira; jovens; consumismo; endividamento; formação.

## **ABSTRACT**

Financial education is a crucial topic for young high school graduates, as it provides essential knowledge for proper resource management and financial decision-making. The aim of this study is to analyze the importance of financial education in the current context, addressing its definition, history, and key financial terms. The study categorizes different generations, exploring how they influence behavior in the job market and consumerism. The research highlights the relationship between consumerism and the economy, emphasizing the impact of marketing on young people's purchasing behavior. The lack of financial education results in serious problems, such as debt and delinquency, reinforcing the need for its inclusion in school curricula. Field research reveals that training in financial education positively affects future financial decisions and the level of indebtedness among young people. In conclusion, financial education is essential to empower young individuals to face economic challenges, contributing to a healthier financial future.

**Keywords:** financial education; youth; consumerism; indebtedness;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>8</b>
1.1 História da educação financeira	11
1.1.2 O que a falta de educação financeira pode causar	14
1.2.2 Economia	17
1.2.3 Investimento	17
1.2.4 Poupança	18
1.2.5 Crédito	18
1.2.6 Inflação	19
1.2.7 Juros	19
1.2.8 Reserva emergencial	19
<b>2. DEFINIÇÃO DE GERAÇÕES</b>	<b>20</b>
2. 1 Gerações	22
2.2 Geração Tradicionalista (ou Geração Silenciosa) – nascidos entre 1925 e 1945.	22
2.2.1 Baby Boomers – nascidos entre 1946 e 1964	23
2.2.2 Geração X – nascidos entre 1965 e 1980	23
2.2.3 Geração Y (ou Millennials) – nascidos entre 1981 e 1996	23
2.2.4 Geração Z – nascidos entre 1997 e 2012	24
2.2.5 Geração Alfa – nascidos a partir de 2013	24
2.3 A evolução das gerações	24
<b>3. CONSUMISMO</b>	<b>25</b>
3.1 Influência do Marketing digital no consumo	26
3.2 Economia	27
3.3 Relação do consumismo e a economia	28
3.4 Consumismo no Público Jovem	29
<b>4. IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ECONOMIA</b>	<b>31</b>
4.1 Impactos da falta de educação financeira nos jovens	33
4.1.1 Endividamento Precoce	33
4.1.2 Dificuldades para Planejar e Economizar	33
4.1.3 Criar hábitos de gestão financeira saudáveis	34
<b>5. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS</b>	<b>34</b>
5.1 A importância da educação financeira na formação dos jovens	36
<b>6. IMPACTO NAS DECISÕES FINANCEIRAS FUTURAS</b>	<b>37</b>
6.1 grau de endividamento	38
<b>7. Análise do Google Forms: "A Vida Financeira e Seu Impacto na Vida dos Jovens"</b>	<b>39</b>
7.1 Perfil dos Respondentes	40
7.1.2 Conhecimento e Educação Financeira	40

7.1.3 Renda e Controle Financeiro	40
7.1.4 Trabalho e Economia	41
7.1.5 Comportamento de Consumo	42
7.1.6 Planejamento Financeiro para o Futuro	43
7.2 Discussão sobre o resultado da pesquisa	43
7.3 resultado da pesquisa	44
<b>8. CONCLUSÃO</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

A educação financeira tem ganhado cada vez mais importância na sociedade atual, especialmente levando em conta os obstáculos econômicos e financeiros que os jovens encontram ao entrar na vida adulta. No contexto dos estudantes que finalizam o ensino médio, a construção de uma sólida consciência financeira pode impactar diretamente suas futuras decisões, desde a seleção de uma profissão até a administração de suas finanças pessoais. Este estudo tem como objetivo examinar a visão e o entendimento dos jovens acerca da educação financeira, enfatizando a relevância deste tema na preparação para a independência financeira.

Nos últimos anos, a inclusão da educação financeira nos programas escolares tem se destacado, evidenciando a importância de capacitar os alunos para enfrentar desafios como o consumo responsável, o planejamento financeiro e os investimentos. Contudo, ainda há grandes lacunas nesse processo de educação, que podem levar a comportamentos financeiros impróprios e a problemas financeiros no futuro.

Neste contexto, esta pesquisa procura explorar como os jovens entendem e implementam os princípios de educação financeira em suas vidas. Além disso, discutiremos a importância de estabelecer programas eficazes de educação financeira nas escolas, com o objetivo de não só aprimorar habilidades práticas, mas também formar uma mentalidade crítica em relação ao consumo e à administração dos recursos pessoais.

Através de uma metodologia qualitativa e quantitativa, este estudo irá investigar as vivências e pontos de vista dos alunos sobre sua educação financeira, auxiliando na compreensão mais aprofundada de como essa educação influencia suas decisões e atitudes financeiras. Portanto, nosso objetivo é apresentar os impactos e a importância da educação financeira para os jovens concluintes do ensino médio. Visando para que possam gerir suas finanças de forma responsável e tomar decisões conscientes em relação ao dinheiro. Apontar formas positivas de como melhorar a vida financeira dos jovens e contribuir para uma geração mais preparada e segura em relação às suas finanças.



## 1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O tema da educação financeira está ganhando cada vez mais popularidade, sendo amplamente discutido na academia e no âmbito das políticas públicas (FELIPE; CERIBELI; LANA, 2017). Questões relacionadas a investimentos, aposentadoria, parcelamento, endividamento, oferta e pagamento estão intrinsecamente ligadas ao elemento onipresente em nossas vidas: o dinheiro. Ter uma sólida orientação sobre finanças pessoais e o mercado financeiro é fundamental para enfrentar essas situações com sucesso (FELIPE; CERIBELI; BRANDÃO, 2017).

A educação financeira visa compreender a relação das pessoas com o dinheiro e é percebida como um processo de aprendizado que busca capacitar indivíduos a gerir suas finanças pessoais, utilizando técnicas e conceitos de economia, administração e psicologia (PESSOA; MUNIZ JÚNIOR; KISTEMANN JR., 2018).

Visando proporcionar uma educação financeira de qualidade à população brasileira, o Governo Federal instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2010, por meio do decreto 7.397/2010. Essa política permanente tem como objetivo fortalecer a cidadania ao oferecer apoio as ações que promovam decisões financeiras autônomas e conscientes (BRASIL, 2010).

No contexto escolar, a ENEF (Semana Nacional de Educação Financeira) visa simplificar o entendimento das atividades financeiras e, a longo prazo, desenvolver uma consciência e atitude racionais em relação ao uso do dinheiro. Apesar disso, o conhecimento da população brasileira sobre os diversos tipos de ativos no mercado financeiro ainda é limitado, em parte devido a receios ligados à instabilidade política e econômica (KASZNAR, 2009, 2017; COSTA; MIRANDA, 2013). A preferência por investimentos de curto prazo, como a poupança, é comum, e a diversificação de investimentos é evitada por muitos devido a uma mentalidade imediatista (KASZNAR, 1990; SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

De acordo com uma pesquisa da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em 2023, aproximadamente 26% da população utiliza a caderneta de poupança como forma de investimento, enquanto 64% não investem devido à falta de recursos e conhecimento sobre produtos financeiros (ANBIMA, 2023). O mercado de renda fixa, investimento em que as pessoas conhecem ou podem prever a rentabilidade, antes mesmo de realizar a

operação, caracterizado pela previsibilidade da rentabilidade, está em ascensão no Brasil, especialmente durante a pandemia da Covid-19, quando se tornou atraente devido à elevação da taxa básica de juros e da inflação (RIBEIRO, 2023). O estoque do Tesouro 18 Direto, que é um conjunto de dados que indica o volume total de recursos aplicados ao Tesouro Direto. O cálculo do estoque é feito de acordo com a mesma metodologia usada para calcular o estoque da Dívida Pública Federal.

Por exemplo, conta com R\$ 99,9 bilhões investidos, distribuídos entre 21 milhões de investidores, o equivalente a cerca de 10% da população brasileira (AGÊNCIA BRASIL DE NOTÍCIAS, 2022). Em contraste, menos de 5% da população investe em renda variável (VERDÉLIO, 2022).

Nos últimos anos, os organismos internacionais têm reconhecido a importância da educação financeira como mecanismo de inclusão social. A consolidação desse tema emerge com a preocupação pública e privada diante de estatísticas preocupantes acerca das competências econômicas e do letramento financeiro da população de diversos países, sobretudo os em desenvolvimento. (HOFMANN; MORO, 2012, p. 48)

Ao se aprofundar um pouco mais nos estudos da matemática financeira, é possível perceber a grande importância de se trabalhar dentro das escolas e também com a sociedade de modo geral o tema da educação financeira, afim de que com o passar do tempo o número de pessoas endividadas e/ou que não sabem lidar com o financeiro possam vir a diminuir

Infelizmente, a imensa maioria das pessoas no Brasil cresceu sem ter recebido nenhuma educação financeira, seja informalmente, no núcleo familiar, ou formalmente, na escola ou faculdade. Geração após geração, o brasileiro se tornou pouco poupador e nada habituado a observar os próprios gastos, deixando tudo para depois, inclusive a busca por conhecimento básico sobre finanças e investimentos. (NIGRO, 2018, p 14.)

O autor ressalta que o Brasil é um país em que a maior parte das pessoas, durante seu desenvolvimento não tiveram nenhuma informação sobre esse tema da educação financeira, nem no meio familiar e tão pouco em âmbito escolar, isso fez com que por gerações os brasileiros não poupassem e muito menos que tivessem o cuidado de observar e controlar seus gastos, outra deficiência é o fato de não irem à busca de conhecimentos mesmo que mínimos sobre as questões financeiras.

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define a educação financeira como:

[...] o processo em que os consumidores e investidores melhoram a sua

compreensão dos produtos financeiros, conceitos e riscos e, por meio de informação, instrução e orientação objetiva, desenvolvem habilidades e ganham confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos financeiros, fazendo escolhas bem informadas e sabendo onde ir para obter ajuda, além de tomar outras ações efetivas para melhorar o seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2009, p. 1.)

Sendo assim, o governo nacional teve por objetivo oferecer à população uma educação boa o suficiente para que todos tenham condições de lidar e administrar os recursos financeiros pessoais e entender como funciona o mercado por meio do estudo da influência dos juros na vida de cada um e também da busca do entendimento de como se comportar diante das oportunidades de créditos oferecidas, bem como ajudar a decidir entre adquirir ou não algum produto parcelado em alguma loja. Segundo Gallery et al. (2011, p. 288), educação financeira é "a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão do dinheiro". Uma educação de qualidade pode ter efeitos positivos na vida pessoal e profissional de cada indivíduo. A educação pode ter uma atribuição específica para cada área, como, por exemplo, na área financeira, que oferece auxílio para as pessoas entenderem sobre o uso da matemática no dia a dia e como tudo aquilo estudado na escola pode ser aplicado na prática em benefício próprio (MALCOLM 2000 et. al apud SANTANA 2014).

São diversos os alcances que a educação financeira proporciona, como um planejamento orçamentário que possibilita ao indivíduo acompanhar todas as receitas e despesas que está tendo no momento com o objetivo de educá-lo para que consiga poupar recursos financeiros para realizar investimentos futuros. Cabral (2013, p. 3) afirma que, "na realidade, não é quanto dinheiro se ganha que faz a diferença, mas quanto dinheiro se guarda ou, ainda, quanto o dinheiro trabalha aumentando-o, e por quantas gerações ele se manterá".

Para que um indivíduo na vida adulta possa ter maior facilidade em lidar com problemas de finanças pessoais e planejamento do orçamento, é necessário que, na fase anterior, ou seja, adolescência tenha desenvolvido uma base sobre esses assuntos para que consiga adquirir conhecimentos e aplicá-los durante a vida. Dado que alguns adolescentes passam parte do dia na escola, a instituição escolar influencia, assim como a família, nas maneiras que os mesmos tratam os assuntos que envolvem sociedade e vida pessoal. Da mesma forma que as outras matérias

presentes no histórico escolar, são ministradas na sala de aula, a matéria educação financeira também deveria ser ensinada.

Algumas informações sobre finanças pessoais que deveriam ser de conhecimento geral da população são muitas vezes desconhecidas. Diante do contexto acima, a educação financeira se torna importante para auxiliar os indivíduos a terem melhores escolhas para reduzir a taxa de inadimplência. Em diversos países, projetos educacionais são desenvolvidos por meio do governo e das instituições privadas.

### **1.1 História da educação financeira**

O século XX foi marcado por significativas mudanças sociais, políticas e econômicas ao redor do globo. Em 1961, em Paris, na França, surgiu a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e o comércio internacional. Diante das dificuldades sociais e econômicas decorrentes do baixo letramento financeiro da população, a OCDE tem colaborado com os governos para criar estratégias voltadas à educação financeira. No estudo intitulado "Millennials and Financial Literacy: A Global View", Lusardi e Oggero (2017) mencionam uma pesquisa feita pelo S&P Global Financial Literacy Excellence Center, que avaliou a alfabetização financeira de 150.000 indivíduos em 140 nações. Os achados, que foram divulgados em 2016, revelaram que, em média, 52% dos adultos na União Europeia possuem conhecimentos financeiros, enquanto nos EUA essa média é de 57%. Diferentemente de economias em desenvolvimento como Brasil, Rússia, China e Índia, onde em média 28% da população adulta é financeiramente alfabetizada, o Brasil se destacou com 35% dos adultos apresentando essa habilidade.

No Brasil, o Banco Central, em parceria com outras entidades públicas e do setor privado, implementou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2010, com o objetivo de promover a educação financeira em suas diversas vertentes. De acordo com o Relatório de Cidadania Financeira 2021 do Banco Central, 96% dos brasileiros possuíam algum tipo de relacionamento com instituições financeiras em 2020. Isso indica que essas pessoas estão inseridas no mercado e precisam adquirir conhecimentos financeiros para tomar decisões seguras e conscientes. A educação financeira é, portanto, essencial.

A educação financeira visa oferecer aos indivíduos um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências para a administração do dinheiro. De acordo com Savoia, Saito e Santana (2007), esse tipo de educação é uma maneira de transmitir conhecimentos que capacitam as pessoas a tomarem decisões mais acertadas em relação às suas finanças pessoais, resultando em maior bem-estar. Conforme o Banco Central do Brasil (BCB, 2013), a educação financeira é um processo pelo qual indivíduos e a sociedade desenvolvem uma mentalidade mais robusta, que lhes permite fazer escolhas financeiras mais sábias para alcançar o bem-estar. Em razão da ampla disponibilidade e fácil acesso a diversos serviços e produtos oferecidos pelas instituições financeiras, é essencial que a sociedade adquira conhecimentos em finanças que permitam a realização de escolhas sem comprometer sua situação atual e futura. Nesse sentido, Silva et al. (2018) destacam que a educação financeira fornece informações capazes de auxiliar as pessoas na gestão de suas finanças, promovendo benefícios tanto no presente quanto no futuro, levando a decisões mais acertadas sobre o uso de recursos financeiros. Além disso, Matta (2007) ressalta que a educação financeira é um conjunto de conhecimentos que orienta os indivíduos a tomarem decisões financeiras adequadas, visando a uma melhor qualidade de vida agora e nos anos vindouros.

Nos dias atuais, a educação financeira se destaca como uma habilidade crucial a ser cultivada no dia a dia. De acordo com Melo (2016), estamos atravessando um período de mudanças aceleradas e significativas, que impactam as escolhas financeiras dos indivíduos. Quando essas decisões são feitas de forma consciente, podem levar a uma qualidade de vida superior. Carvalho, Cordeiro e Silva (2018), em seu estudo, ressaltam que apesar de muitos terem acesso a uma vasta gama de informações financeiras através da internet e da televisão, uma considerável parte da população ainda possui um conhecimento básico em educação financeira. Alves (2016) mostra a educação financeira como um importante agente garantidor de que os indivíduos terão um comportamento responsável quanto às escolhas referentes ao uso do dinheiro. E que esta é uma preocupação de âmbito governamental, como também das organizações de mercado.

Wisniewski (2011) fala que a educação financeira está na agenda de governos, instituições financeiras e organizações educacionais como forma de mudança comportamental do consumo exacerbado presente na sociedade contemporânea, e consequente endividamento dos indivíduos. Portanto, existe uma preocupação e um

entendimento das Organizações Públicas e Privadas de que grande parte dos indivíduos não têm acesso a informações financeiras. Araújo e Cálice (2014) apresentam que as organizações concedentes de crédito têm procurado desenvolver ações para decrescer o número de endividados que apresenta taxas altas no país.

A falta de educação financeira não só prejudica o sujeito, o consumidor como o próprio mercado financeiro, o que comunica Dornelas et al. (2014), que a educação financeira proporciona às pessoas, conhecimentos fundamentais para as escolhas na vida financeira. E que a falta dela gera problemas de endividamento e também restrição de crédito, devido a negativação em Instituições de crédito.

Lopes (2019) em sua pesquisa com Policiais Militares do Estado da Paraíba disse que a falta de compreensão sobre taxas de juros e outros encargos financeiros poderia gerar endividamento.

Parise (2017) realizou uma pesquisa com cadetes da AMAN (Exército Brasileiro) e identificou que durante o primeiro ano de formação apresentavam baixo nível de educação financeira e que no último ano de treinamento já ostentavam melhores níveis de conhecimentos de EF, viabilizando os a tomarem melhores decisões financeiras.

Cotidianamente as pessoas são influenciadas através de propagandas a consumir, ou seja, a tomarem decisões financeiras. A educação financeira permite ao sujeito compreender este cenário, e assim, tomar a melhor atitude para si. Del Fiori et al. (2017) dizem que a educação financeira é imprescindível para auxiliar as pessoas para que tomem decisões mais assertivas e com isso a taxa de endividamento seja menor.

A educação financeira assume, na atualidade, um papel de protagonismo como causa para uma melhor qualidade de vida das pessoas e das famílias, pois possibilita a tomada de decisões financeiras mais conscientes por estes agentes. (MIOTI; CAMARGO, 2017)

Felipe, Ceribelli e Lana (2017), em pesquisa feita com estudantes universitários do norte do México, constataram que um grupo de alunos estudados possuía baixo nível de alfabetização financeira, e que era necessária a implementação de ações na área de Educação Financeira para que este grupo se apropriar de conhecimentos que os ajudariam a tomarem melhores decisões financeiras.

### **1.1.1 Definição da educação financeira**

Segundo o SPC Brasil (2021), a educação financeira é “um processo de ensino e aprendizagem que envolve o desenvolvimento de competências para entender e gerenciar as finanças pessoais, desde o controle de despesas até a aplicação em investimentos”.

De acordo com Ceres Previdência (2023), “ao estudar o universo das finanças e entender como ele funciona, você ganha autonomia para fazer as melhores escolhas para a vida”. Isso envolve desde o reconhecimento das próprias necessidades financeiras até a capacidade de resistir a impulsos de consumo que podem comprometer a saúde financeira.

Como destacado pelo portal Foco no Investidor (2023), “dominar pilares fundamentais da educação financeira é essencial para construir uma base sólida e alcançar o sucesso financeiro a longo prazo”. Isso inclui estabelecer metas financeiras claras, compreender a importância da poupança e da reserva de emergência, e evitar dívidas desnecessárias.

### **1.1.2 O que a falta de educação financeira pode causar**

Segundo Cerbasi (2014, p. 72), “a falta de conhecimento sobre finanças pessoais pode levar as pessoas a situações de endividamento que, muitas vezes, são difíceis de reverter”. Essa falta de conhecimento não apenas afeta a vida financeira, mas também impacta a saúde mental e o bem-estar emocional dos indivíduos.

Além disso, Mansur (2018, p. 45) destaca que “as pessoas que não têm uma educação financeira adequada tendem a viver um ciclo vicioso de dívidas e estresse, o que pode afetar negativamente suas relações pessoais e profissionais”. Esse ciclo gera um ambiente de insegurança, onde as decisões financeiras são tomadas impulsivamente, levando a um aumento da ansiedade e da pressão financeira.

Nigro (2018, p. 128) afirma que “muitas pessoas não conseguem definir objetivos financeiros claros devido à falta de conhecimento, resultando em gastos desnecessários e na incapacidade de poupar”. A ausência de uma estratégia financeira pode levar a um consumo descontrolado, fazendo com que os indivíduos se tornem prisioneiros de suas dívidas.

Duarte (2020, p. 90) menciona que "a falta de educação financeira contribui para o aumento da desigualdade social, uma vez que as famílias de baixa renda são as mais afetadas por problemas financeiros e, conseqüentemente, têm menos oportunidades de ascensão econômica". Isso reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a educação financeira desde a infância, visando capacitar futuras gerações.

## **1.2 Termos financeiros**

### **1.2.1 Orçamento**

"O orçamento pode ser definido como um plano detalhado que especifica as receitas e despesas previstas para um determinado período" (MARION, 2019, p.112). Ele é crucial para a organização, pois permite a alocação eficiente de recursos e o controle das atividades financeiras.

Além disso, o orçamento proporciona uma visão antecipada sobre o desempenho financeiro da empresa. Segundo Silva (2020, p. 45)

O orçamento é uma ferramenta de previsão que auxilia na identificação de possíveis desvios financeiros como: Endividamento Excessivo, Despesas Ocultas, Investimentos Mal Planejados, Fraude Financeira, Falta de Controle de Fluxo de Caixa, Confiar em Conselhos Financeiros Inadequados e na tomada de decisões estratégicas.

### **1.2.2 Despesas**

Segundo Cerbasi (2014, p. 58), "as despesas fixas são aquelas que não variam com o volume de produção ou vendas, como aluguel e contas de serviços públicos". Essas despesas precisam ser pagas regularmente, independentemente da atividade econômica, e impactam diretamente o orçamento mensal.

Por outro lado, Prates (2020, p. 73) define as despesas variáveis como "gastos que flutuam de acordo com a produção ou vendas, como matéria-prima e comissões de vendas". A gestão eficaz dessas despesas é crucial, pois sua variabilidade pode afetar os resultados financeiros de forma significativa.

### **1.2.3 Receitas**

Segundo Cerbasi (2014, p. 45), "as receitas de uma empresa podem ser provenientes da venda de produtos e serviços, bem como de outras atividades, como investimentos".



Além disso, Nigro (2018, p. 88) enfatiza que "as receitas também podem ser divididas em receitas operacionais, que são geradas pelas atividades principais da empresa, e receitas não operacionais, que vêm de atividades secundárias".

Prates (2020, p. 65) afirma que "as receitas pessoais, como salários e rendimentos de investimentos, são essenciais para o planejamento financeiro e para a capacidade de atingir objetivos financeiros".

#### **1.2.4 Ativos**

Segundo Ludícibus et al. (2015, p. 87) "ativos são recursos controlados pela entidade, resultantes de eventos passados, dos quais se espera que flua futuro benefício econômico".

De acordo com Assaf Neto (2012, p. 54) "os ativos são bens ou direitos que possuem valor econômico e que são passíveis de mensuração"

Além disso, como afirma Crepaldi (2012, p. 72), "os ativos são todos os bens e direitos que podem ser convertidos em recursos financeiros, trazendo benefícios futuros à entidade".

#### **1.2.5 Bem duráveis**

Segundo Kotler e Keller (2014, p. 238) "bens duráveis são aqueles que não são consumidos imediatamente e que geralmente têm um preço mais elevado"

Além disso, Martins (2018, p. 134) ressalta que "a durabilidade dos bens é um fator que os distingue em termos de valor percebido pelos consumidores, uma vez que estes são adquiridos com a expectativa de uso prolongado"

A escolha de bens duráveis envolve um processo de avaliação mais cuidadoso. Conforme afirma Assaf Neto (2012, p. 67) "os consumidores costumam analisar detalhes como durabilidade, preço e reputação da marca, devido ao custo elevado e à expectativa de longo prazo"

#### **1.2.6 Liquidez dos ativos**

Segundo Gitman e Zutter (2012, p. 32) "a liquidez é a medida da rapidez com que um ativo pode ser transformado em caixa"

Como afirmam Ross, Westerfield e Jaffe (2013, p. 105), "ativos altamente líquidos, como ações de grandes empresas negociadas em bolsas de valores, têm um mercado robusto, o que permite sua compra e venda de forma ágil"

Conforme Mankiw (2018, p. 275), "a liquidez de um mercado reflete o volume de transações e a rapidez com que os preços se ajustam às novas informações".

### **1.2.7 Economia**

Segundo Samuelson e Nordhaus (2010, p.10) "a economia é o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos para produzir bens e serviços e distribuí-los entre os indivíduos".

Mankiw (2017, p.15) afirma que "entender princípios econômicos básicos é crucial para tomar decisões informadas sobre questões pessoais e políticas, desde o planejamento financeiro até a compreensão de políticas públicas".

Além disso, a economia é muito importante no desenvolvimento e na estabilidade de países e regiões. Segundo Krugman e Wells (2018, p.20) "a economia não só estuda como os mercados funcionam, mas também como as políticas econômicas podem ser formuladas para promover o crescimento sustentável e a estabilidade macroeconômica".

### **1.2.8 Investimento**

De acordo com Bodie, Kane e Marcus (2014, p.28) "o investimento é o processo de alocar recursos financeiros a ativos com a expectativa de gerar um retorno futuro, o que pode incluir aumento de capital, juros ou dividendos".

Além disso, a gestão de investimentos é crucial para a segurança financeira de longo prazo. Conforme observado por Brigham e Ehrhardt (2016, p.55) "uma boa estratégia de investimento pode proporcionar segurança financeira e permitir a realização de objetivos de longo prazo, como a aposentadoria e a aquisição de bens duráveis"

Outro aspecto importante é a influência dos investimentos sobre o mercado financeiro e a economia em geral. Segundo Damodaran (2015, p.72) "o mercado financeiro é impactado pelos padrões de investimento, que afetam a liquidez dos ativos e a eficiência dos mercados"

### **1.2.9 Poupança**

De acordo com Mankiw (2017, p.93) “a poupança é a parte da renda que não é consumida imediatamente, mas reservada para ser usada no futuro”.

A importância da poupança é destacada pelo impacto que tem sobre a estabilidade econômica e o bem-estar financeiro. Segundo Keynes (1936, p.215) “a poupança é um fator crucial para a acumulação de capital, o que é essencial para o crescimento econômico e o desenvolvimento de uma economia estável”.

A prática de poupança também está relacionada ao planejamento financeiro pessoal. Consoante com Brigham e Ehrhardt (2016, p. 142), “um plano de poupança eficaz é essencial para atingir metas financeiras de longo prazo, como a aposentadoria ou a aquisição de bens duráveis”.

### **1.3 Crédito**

De acordo com Mankiw (2017, p.107). “o crédito é a capacidade de um indivíduo ou empresa de obter bens e serviços antes do pagamento completo, com a promessa de pagamento em uma data futura”.

Além disso, a gestão adequada do crédito é crucial para a saúde financeira de indivíduos e empresas. De acordo com Brigham e Ehrhardt (2016, p.134) “uma administração eficiente do crédito é fundamental para evitar sobrecarga financeira e problemas que não tenha soluções, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma produtiva e sustentável”.

#### **1.3.1 Cesta de bens e serviços**

De acordo com Silva (2017), “a definição da cesta de bens e serviços reflete os padrões de consumo predominantes em uma economia, sendo atualizada periodicamente para incorporar mudanças nas preferências dos consumidores e na disponibilidade de novos produtos”.

Mankiw (2018), “a inflação é a taxa de aumento dos preços de uma cesta de bens e serviços ao longo do tempo. É um dos principais indicadores econômicos para avaliar o poder de compra da moeda e o bem-estar dos consumidores”.

### **1.3.2 Inflação**

Segundo Mankiw (2017, p. 110) “a inflação é a taxa de variação dos preços de uma cesta de bens e serviços ao longo do tempo, e é uma medida importante para entender o comportamento da economia”.

De acordo com Blanchard e Johnson (2013, p. 95) “a inflação pode reduzir o poder de compra dos consumidores e criar incertezas econômicas, afetando negativamente os investimentos e o crescimento econômico”.

Além disso, a inflação pode ter impactos distintos em diferentes setores da economia. Segundo Fischer (1993, p. 22) “a inflação pode afetar desigualmente diferentes setores econômicos, com algumas indústrias se beneficiando do aumento dos preços, enquanto outras podem enfrentar custos mais elevados e margens de lucro reduzidas”.

### **1.3.3 Juros**

Segundo Mankiw (2017, p. 220) “juros são a remuneração paga pelo uso de capital, geralmente expressa como uma porcentagem do montante emprestado ou investido”.

De acordo com Blanchard e Johnson (2013, p.115). “os bancos centrais ajustam as taxas de juros para controlar a inflação e estimular ou desacelerar o crescimento econômico, afetando diretamente o custo do crédito e a atividade econômica”.

Conforme Friedman (1970, p. 62) “a relação entre juros e inflação é complexa, com as expectativas de inflação influenciando as taxas de juros nominais e, por sua vez, afetando a política monetária e a economia”.

### **1.3.4 Reserva emergencial**

De acordo com Cramer (2019, p. 78), “uma reserva emergencial é fundamental para a estabilidade financeira, pois proporciona um colchão de segurança que ajuda a enfrentar imprevistos sem recorrer a dívidas”

Segundo Kiyosaki (2018, p. 102), “uma reserva de emergência bem estabelecida é uma ferramenta vital para proteger o bem-estar financeiro e garantir que as finanças pessoais permaneçam intactas durante crises inesperadas”.

Como diz Malkiel (2015, p. 56) “ter uma reserva de emergência pode prevenir a necessidade de recorrer a empréstimos de alto custo ou cartões de crédito em situações de emergência, o que pode resultar em altos encargos financeiros”.

## **2. DEFINIÇÃO DE GERAÇÕES**

Com a virada do século, o conceito de gerações recupera o seu espaço nas análises sociológicas que indicam não somente as diferenças de classe, mas ainda as desigualdades de gênero, étnico-raciais, culturais e geracionais. Vivemos ainda um momento em que a reconstrução das trajetórias sociais das gerações anteriores torna-se imprescindível para a análise e compreensão das ações coletivas empreendidas pelas novas gerações, bem como dos desafios que as mesmas enfrentam.

Dentre os muitos legados e trajetórias sociais de nossos antepassados que carecem de novas leituras a partir do tempo existencial dos indivíduos e do tempo social, coletivo e histórico, poderíamos citar o pensamento político da geração 1968 e o que dele persiste nos dias atuais, as trajetórias sociais dos indivíduos que ultrapassaram os anos mais avançados no tempo de vida, as mudanças e permanências nos modelos familiares ao longo das últimas gerações e, por último, mas não menos importante, as percepções sobre a juventude e sobre ser jovem por distintas gerações.

O termo gerações tornou-se popular na denominação de manifestações culturais ou políticas (geração, do termo inglês, hip-hop; geração caras pintadas) ou de desenvolvimentos tecnológicos (geração Y; geração Net), atribuídos sobretudo pelos meios contemporâneos de comunicação. No entanto, muitos estudos são desenvolvidos a partir de uma perspectiva que contempla uma determinada geração de forma isolada, como uma espécie de unidade desconectada de outras gerações e de seu tempo histórico. Percebe-se uma certa inflação do conceito seguida de uma destituição de seu sentido teórico na medida em que o termo geração passou a ser utilizado, muitas vezes, como sinônimo para denominar uma faixa etária ou um grupo com características específicas (CORSTEN 2010, pg. 134).

Os cientistas sociais procuram superar esse fato agindo em duas direções fundamentais nos estudos e pesquisas sobre gerações. Primeiro, pela tradição antropológica, referindo-se principalmente a várias formas de grupos e categorias de idade, em um sentido genealógico ou de filiação, porém mantendo um sentido ou uma

função classificatória que inclui tanto as posições na família como na organização social mais ampla. Um ponto de encontro ou fusão possível com a segunda direção teórica, está orientada pela tradição sociológica, que vem de Comte a Mentré (1920), e que assume o seu maior amadurecimento e completude com Mannheim (1928).

Mannheim (1928-1964) define geração em vários momentos e etapas de desenvolvimento de seu texto “O problema das gerações”, sempre acentuando seu sentido histórico, “através do pertencimento a uma geração, a um mesmo ‘ano de nascimento’, se está vinculado de forma parecida à corrente histórica do acontecer social”, o que significa uma predisposição para “uma modalidade específica do viver e do pensar, uma modalidade específica de intervenção no processo histórico”. O autor não desvincula gerações e grupos de idade, destacando que “a conexão geracional [...] não é outra coisa senão uma modalidade específica da mesma posição dada pela proximidade do ano de nascimento no âmbito histórico-social”.

Com relação à posição geracional no meio social, Mannheim destaca que ela não se constitui a partir do fato de alguém haver nascido, se tornado jovem, adulto ou velho no mesmo tempo cronológico, mas, da possibilidade dada a partir desse fato concreto de “participar dos mesmos acontecimentos, dos mesmos conteúdos de vida etc., e, sobretudo, de fazê-lo a partir do mesmo padrão de estratificação de consciência” da como uma espécie de “força social” (CORSTEN 2010, pg. 141) que se constitui a partir da vivência de acontecimentos biográficos paralelos que leva indivíduos pertencentes a grupos de idade próximos a desenvolverem perspectivas similares sobre determinados acontecimentos históricos.

No entanto, a simples presença em um momento histórico-social não é suficiente para o desenvolvimento de uma perspectiva ou visão de mundo comum entre indivíduos de idades próximas. Segundo Mannheim (1928), é preciso existir uma conexão geracional entre os mesmos, ou seja, um tipo de participação em uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual, que produz um vínculo geracional a partir da vivência e da reflexão coletiva em torno dos mesmos acontecimentos. O autor chama ainda a atenção para o fato de que em uma mesma conexão geracional existem distintas unidades geracionais que correspondem a diferentes perspectivas ou posições em relação a um mesmo acontecimento.

A mesma juventude que está orientada pela mesma problemática histórico-atual vive em uma “conexão geracional”; aqueles grupos que dentro dessa mesma

conexão geracional processam essas experiências de forma distinta constituem distintas “unidades geracionais” no âmbito da mesma conexão geracional.

Mas o que estabelece uma relação entre aqueles que partilham de uma mesma unidade geracional não são os conteúdos em si, mas as tendências formadoras de um coletivo surgidas a partir da apropriação desses conteúdos. Nesse sentido, o conceito de gerações rompe com a ideia de unidades geracionais concretas e coesas e nos instiga a centrar nossas análises nas intenções primárias documentadas nos conteúdos, ações e expressões de determinados grupos, ao invés de buscarmos caracterizar suas especificidades enquanto grupo.

Na perspectiva de Abrams (1979), gerações é o lugar em que dois tempos diferentes, o do curso da vida e o da experiência histórica, são sincronizados. O tempo biográfico e o tempo histórico fundem-se e transformam-se criando, desse modo, uma geração social.

## **2. 1 Gerações**

As gerações são definidas por eventos históricos, sociais e econômicos que impactam seus valores e comportamentos. As principais gerações e suas características são:

### **2.2 Geração Tradicionalista (ou Geração Silenciosa) – nascidos entre 1925 e 1945.**

Os membros da Geração Tradicionalista, também conhecidos como "Silenciosos", cresceram em tempos de grandes dificuldades, como a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. São conhecidos por serem dedicados, disciplinados e resistentes ao risco. Suas identidades são frequentemente associadas ao trabalho porque valorizam a estabilidade e o trabalho duro. Eles ficaram felizes quando a televisão e os primeiros meios de comunicação de massa chegaram, mas muitos deles não usaram essas tecnologias até mais tarde em suas vidas. Como aponta Strauss e Howe (1991), "essa geração é descrita como disciplinada e leal, moldada por condições de guerra e pela Grande Depressão".

#### **2.2.1 *Baby Boomers* – nascidos entre 1946 e 1964**

Os *Baby Boomers* cresceram durante um período de prosperidade econômica e são geralmente associados ao otimismo e ao foco nos resultados. Eles viveram

grandes transformações sociais, como a Guerra do Vietnã e os movimentos pelos direitos civis. Além disso, essa geração valoriza muito a estabilidade no emprego e o sucesso financeiro. Muitas pessoas consideram o trabalho uma parte importante de sua personalidade. Howe e Strauss (2000) descrevem os *Boomers* como uma geração que “se define por suas conquistas profissionais e vê o trabalho como parte integral de sua identidade”.

### **2.2.2 Geração X – nascidos entre 1965 e 1980**

A Geração X nasceu durante uma época de mudanças globais e incertezas econômicas, como a crise do petróleo e o fim da Guerra Fria. Eles são conhecidos por seu ceticismo, independência e capacidade de se adaptar a novas situações. Ao contrário dos *Baby Boomers*, que priorizam o trabalho, eles valorizam o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Além disso, foram a primeira geração a crescer com computadores pessoais e a internet, que moldaram sua percepção do mundo. De acordo com Tulgan (2000), “os Gen Xers são conhecidos por sua independência e pragmatismo, muitas vezes como resposta aos anos formativos durante incertezas econômicas”.

### **2.2.3 Geração Y (ou *Millennials*) – nascidos entre 1981 e 1996**

A flexibilidade, o uso intensivo de tecnologia e a busca de propósito em suas vidas e carreiras são características distintivas dos *Millennials*. Cresceram durante um período de rápida evolução tecnológica, com a popularização dos *smartphones*, da internet e das redes sociais. Além disso, eventos como a crise financeira de 2008 e os ataques de 11 de setembro moldaram sua percepção do mundo. Eles tendem a se envolver em questões sociais e ambientais e priorizam ambientes de trabalho que estão de acordo com seus valores pessoais. Twenge (2017) afirma que “os *Millennials* adotaram a tecnologia, mas também são conhecidos pelo desejo de trabalhar em ambientes que se alinhem com seus valores e ofereçam um senso de propósito”.

### **2.2.4 Geração Z – nascidos entre 1997 e 2012**

A Geração Z é a primeira geração de nativos digitais a crescer em um mundo totalmente conectado à internet. Eles são extremamente adaptáveis às novas tecnologias e apreciam experiências visuais. A diversidade e a inclusão são valores essenciais para essa geração. Eles também têm fortes preocupações com a



sustentabilidade e o empreendedorismo. Para Seemiller e Grace (2016), "a Geração Z é descrita como a primeira geração de verdadeiros nativos digitais, nunca conhecendo um mundo sem internet e tecnologia móvel".

### **2.2.5 Geração Alfa – nascidos a partir de 2013**

Embora seja cedo para definir todas as características da Geração Alfa, é esperado que ela seja ainda mais tecnológica do que as gerações anteriores. Além de terem sido fortemente afetados pela pandemia de COVID-19, a inteligência artificial, a automação e a educação à distância estão crescendo em um ambiente diferente. Segundo McCrindle (2020), "espera-se que a Geração Alfa seja a mais imersa tecnologicamente até o momento, crescendo ao lado de dispositivos que utilizam IA e AR (Inteligência Artificial e Realidade Aumentada)".

## **2.3 A evolução das gerações**

A chamada Geração *Baby Boomer*, que compreende indivíduos nascidos entre 1946 e 1964, é frequentemente descrita como uma geração que valoriza a estabilidade e o esforço. De acordo com a pesquisa realizada por Tomaz (2018) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), "a Geração *Baby Boomer* é caracterizada por uma forte ética de trabalho e uma perspectiva otimista em relação ao desenvolvimento econômico e social."

A Geração X, que engloba os nascidos entre 1965 e 1980, é conhecida pelo seu ceticismo e adaptabilidade. Salienta que "a geração X desenvolveu-se durante um período de instabilidade econômica e mudanças sociais rápidas, o que afetou sua visão prática e independente" (MELO, 2018, p. 50) Essa geração enfrentou a transição para a era digital, o que alterou sua visão em relação às novas tecnologias e ao mercado de trabalho (RODRIGUES, 2019)

A geração Y, nascida entre 1981 e 1996, é frequentemente associada ao uso intenso de tecnologia e à busca por equilíbrio entre vida pessoal e profissional. De acordo com Souza (2019), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), "os *Millennials* se destacam pela rápida adaptação às novas tecnologias e pela valorização de vivências pessoais em relação a bens materiais."

A Geração Z, criada a partir de 1997, é a primeira a se tornar totalmente conectada à era digital. De acordo com um estudo de Santos (2022), "a Geração Z é caracterizada pela capacidade de multitarefa e pelo envolvimento constante em

questões sociais e ambientais, influenciados pela exposição constante às mídias digitais e redes sociais. Essa geração demonstra uma maior capacidade de se adaptar às novas tecnologias e uma maior consciência social em relação às gerações anteriores (MARTINS, 2021).

### 3. CONSUMISMO

O consumismo é uma ideologia que é um hábito comum na sociedade contemporânea. O ato de consumir faz parte da vida cotidiana e está presente em todas as sociedades humanas. O apego aos bens materiais começou a se desenvolver nas décadas anteriores e se fortaleceu na sociedade contemporânea, atingindo seu ápice na sociedade atual. Isto tornou-se uma das principais características da sociedade, já que a sociedade contemporânea é definida, por pesquisadores como Barbosa e Baudrillard (1968 e 1970), como uma sociedade de consumo. Na sociedade de consumo, a publicidade passou a desempenhar o papel de informar sobre a existência e funções de um produto ou serviço e de atrair e estimular determinada reação. Com o passar do tempo e o aumento do número de empresas que oferecem os mesmos produtos ou serviços, os profissionais de marketing e empreendedores sentiram a necessidade de procurar novas formas de atrair a atenção dos seus consumidores.

A curta expectativa de vida de um produto na prática e na utilidade proclamada está incluída na estratégia de marketing e no cálculo de lucros: tende a ser preconcebida, prescrita e instilada nas práticas dos consumidores mediante a apoteose das novas ofertas (de hoje) e a difamação das antigas (de ontem). (BAUMAN, 2008, p. 31).

A publicidade progrediu consideravelmente desde o século XIX, tornando-se essencial na geração de desejos e no impacto nas escolhas de compra dos consumidores. Com a intensa competição entre empresas, a publicidade não só divulga produtos, mas também os prazeres e vantagens ligados a eles. Isso resulta em um consumo intenso, onde se valorizam as emoções ao invés de tomar decisões racionais.

Zygmunt Bauman (2007), reprovava essa cultura de consumo, argumentando que os produtos são concebidos para serem descartados rapidamente, espelhando uma mentalidade que prioriza o novo em vez do reparo. Ele menciona a ideia de "obsolescência embutida", na qual os produtores estipulam a durabilidade dos

produtos para incentivar o consumo constante. Isso leva a um crescimento considerável na produção de resíduos e destaca as deficiências da sociedade consumista.

A publicidade contemporânea é um instrumento eficaz que influencia desejos e atitudes, porém também gera impactos negativos no meio ambiente e na maneira como interagimos com os produtos.

No novo modelo de sociedade descrito por Bauman (2008), vivemos em um contexto de constante movimento, onde o consumo rápido é priorizado para satisfazer desejos imediatos. Essa dinâmica gera uma insatisfação contínua, fazendo com que os consumidores sintam a necessidade de trocar constantemente de produtos na busca por felicidade. O consumo se torna uma obrigação universal, independentemente da idade ou classe social, levando aqueles que não consomem a se sentirem inferiores e rotulados como “consumidores fracassados”, muitas vezes marginalizados.

A identidade das pessoas é cada vez mais construída pelas escolhas de consumo, sendo que os produtos adquiridos carregam significados identitários. As marcas que escolhemos consumir refletem quem somos e nos ajudam a nos identificar com diferentes estilos de vida. Além disso, o consumo de marcas de alta qualidade é uma forma de demonstrar status e criar distanciamento social, despertando a inveja nos outros (LIPOVETSKY, 2007).

### **3.1 Influência do Marketing digital no consumo**

Limeira (2010, p. 10) define o marketing digital, ou e-marketing, como o conjunto de ações de marketing que são mediadas por canais eletrônicos, como a internet. Nesse cenário, o cliente possui o controle sobre a quantidade e o tipo de informação que recebe.

Essa abordagem ressalta a interatividade e a personalização da comunicação, características fundamentais no ambiente digital contemporâneo. O marketing digital tem se consolidado como um valioso aliado para as empresas, utilizando a internet como uma poderosa ferramenta de diálogo entre organizações e consumidores.

Esse cenário transforma-se em um diferencial competitivo significativo. Esta abordagem permite que as empresas se consolidem no mercado, concentrando-se na utilização das mídias sociais para estabelecer um contato direto e transparente com seus clientes.

O objetivo é compreender melhor o público-alvo e estreitar esses laços, garantindo uma posição de destaque frente à concorrência e, conseqüentemente, criando um diferencial competitivo.

A Internet é fundamental na vida moderna, especialmente no marketing digital, que atua como uma estratégia operacional e ferramenta de comunicação para atrair e fidelizar clientes (VAZ, 2010). A demanda por comunicação rápida e prática exige que as estratégias organizacionais sejam constantemente ajustadas (BARATA, 2011).

Informações sobre o consumidor são essenciais para fortalecer marcas e fidelizar clientes, levando a investimentos em tecnologia da informação para alcançar usuários em diversas plataformas. O marketing digital impacta os hábitos de consumo, permitindo uma melhor compreensão do comportamento do consumidor em ambientes digitais. Isso transforma o consumidor de alguém limitado em um indivíduo com escolhas sólidas sobre suas necessidades reais (KOTLER, 2000).

### **3.2 Economia**

A economia, Segundo Vaconcellos (2000, p 15), é uma ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade devem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer às necessidades humanas. Esta definição pode ser completada por Wonnacott (1985, p 3) que define a economia como: o estudo de como as pessoas ganham a vida, adquirem alimentos, casa, roupa e outros bens, sejam eles necessários ou de luxo. Estuda, sobretudo, os problemas enfrentados por estas pessoas e as maneiras pelas quais estes problemas podem ser contornados.

Mankiw (2001) descreve a economia como “o estudo da forma pela qual a sociedade administra seus recursos escassos”. As três definições acima representam um tema central na economia: o conflito entre necessidades e recursos.

As necessidades humanas resultam da interação entre a sensação de carência e o anseio por satisfação. Com a constante atualização das necessidades fisiológicas, a sociedade precisa criar novos recursos de forma constante. O capitalismo cria novas necessidades, alimentando a vontade humana de sempre buscar mais. Contudo, a disponibilidade de recursos como capital, trabalho e terra é limitada, resultando na emergência da economia como uma ciência que visa maximizar a utilização desses recursos. A economia é caracterizada como "a arte da escassez", concentrando-se na

maximização dos ganhos para a humanidade e na acumulação de capital. Na perspectiva tradicional, os recursos naturais são vistos como inesgotáveis, o que pode desconsiderar a sua verdadeira limitação.

### **3.3 Relação do consumismo e a economia**

O consumismo é uma característica que se acentuou com o avanço do capitalismo e a ampliação do mercado. Ele se refere ao hábito de comprar bens e serviços em excesso ou sem necessidade, frequentemente influenciado por elementos sociais, culturais e publicitários. Esta prática desempenha um papel crucial na economia contemporânea, pois o crescimento do consumo está diretamente associado à demanda total.

A teoria econômica de consumismo é uma característica que se acentuou com o avanço do capitalismo e a ampliação do mercado. Ele se refere ao hábito de comprar bens e serviços em excesso ou sem necessidade, frequentemente influenciado por elementos sociais, culturais e publicitários. Esta prática desempenha um papel crucial na economia contemporânea, pois o crescimento do consumo está diretamente associado à demanda total.

Keynesiana (1936), reforça essa ideia ao sugerir que o consumo é uma função da renda disponível. John Maynard Keynes, em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), afirma: "A propensão a consumir é uma função da renda corrente." Isso significa que à medida que a renda das pessoas aumenta, o consumo também tende a aumentar, estimulando ainda mais a economia.

No entanto, o consumo excessivo provoca sérias preocupações ambientais. O uso excessivo de recursos naturais e o crescimento de resíduos são resultados diretos dessa conduta. Em face desses desafios, a economia circular vem se destacando e incentivando a reutilização e a reciclagem de produtos, ela minimiza os impactos ambientais e reduz a extração de recursos utilizados na manufatura, de forma a mitigar o desperdício tanto no processo quanto na vida útil do produto (MURRAY; SKENE; HAYNES, 2017), é uma proposta que visa a proteção e conscientização ambiental (LIEDER; RASHID, 2016). A Ellen MacArthur Foundation, em seu relatório *Towards the Circular Economy* (2013), enfatiza que "a economia linear tradicional deve ser substituída por um modelo circular que promova a sustentabilidade."

Adicionalmente, existem objeções ao consumismo que não devem ser negligenciadas. Numerosos defensores defendem que essa cultura pode resultar em

alienação social e materialismo exagerado, comprometendo valores sociais e comunitários. Adorno e Horkheimer, em *Dialética do Esclarecimento* (1944), afirmam que "o consumismo promove uma cultura de superficialidade onde os valores humanos são subordinados ao valor das mercadorias."

A conexão entre o consumismo e a economia é intrincada e de múltiplas facetas. Apesar de o consumo poder fomentar o desenvolvimento econômico, também suscita questões significativas sobre sustentabilidade e ética na sociedade. É crucial estabelecer um equilíbrio que possibilite o progresso econômico sem prejudicar os recursos do nosso planeta ou os princípios humanos.

### **3.4 Consumismo no Público Jovem**

O aumento do consumismo entre os jovens é um fenômeno que não só espelha as tendências de mercado, mas também as influências culturais e sociais que influenciam o comportamento dessa idade. A facilidade de acesso à informação e a presença marcante das redes sociais têm um papel fundamental na moldagem das preferências de consumo dos jovens.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) os jovens brasileiros têm uma propensão significativa a consumir produtos relacionados à moda, tecnologia e entretenimento. Segundo o IBGE (2021), "os jovens de 18 a 24 anos representam uma parcela considerável do consumo nas categorias de vestuário e eletrônicos", destacando a importância desses setores na economia.

A publicidade segmentada e as mídias sociais são instrumentos eficazes que impactam as escolhas de consumo dos jovens. A socióloga Naomi Klein, em seu livro *No Logo* (1999), argumenta que "as marcas se tornaram símbolos de identidade e pertencimento, especialmente entre os jovens", o que reflete a busca por status social através do consumo. Frequentemente, essa procura por identidade é intensificada pela pressão social e pela comparação com os demais.

Além disso, o conceito de "sociedade do espetáculo", proposto por Guy Debord em sua obra *A Sociedade do Espetáculo* (1967), é relevante para entender como os jovens percebem o consumo. Debord afirma que "a vida humana é cada vez mais mediada pela imagem, levando ao consumismo como forma de expressão pessoal." Essa ideia sugere que o ato de consumir se transforma em uma forma de se apresentar ao mundo, especialmente nas plataformas digitais.

Segundo uma pesquisa da Nielsen (2020), "78% dos jovens afirmam que confiam mais em recomendações feitas por influenciadores do que em publicidade tradicional." Isso implica que os jovens estão mais propensos a consumir produtos promovidos por figuras com as quais se identificam, tornando essa prática uma estratégia eficaz para as marcas.

No entanto, o excesso de consumo entre os jovens suscita questões relativas à saúde mental e ao bem-estar. Pesquisas sugerem que a comparação contínua com os demais nas mídias sociais pode resultar em insatisfação com o próprio corpo e ansiedade. A psicóloga Jean Twenge, em seu livro *iGen* (2017), observa que "os jovens expostos a padrões irreais nas mídias sociais tendem a desenvolver problemas de autoestima." Isso destaca a importância de um debate sobre as repercussões do consumismo nas relações interpessoais e na saúde mental.

Em suma, o consumo entre os jovens é moldado por vários elementos, como publicidade, mídias sociais e questões socioculturais. Apesar de proporcionar significativas oportunidades econômicas, também traz desafios ligados à saúde mental e à formação da identidade. É crucial estimular uma reflexão crítica acerca do consumo consciente e sustentável entre essa idade.

#### **4. IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ECONOMIA**

Quando as pessoas são bem instruídas financeiramente, elas tendem a ter melhores habilidades de gestão financeira pessoal, o que reduz a probabilidade de inadimplência e endividamento excessivo, ou seja, Segundo Lopes, (2018, p.89-102) "A inadimplência pode ser entendida como o não cumprimento de obrigações financeiras, o que pode gerar consequências tanto para os devedores quanto para os credores". A falta de conhecimento financeiro pode resultar em escolhas ruins, como o acúmulo descontrolado de dívidas. Em 2018, o Banco Central do Brasil enfatizou que "a educação financeira é fundamental para promover uma gestão mais eficiente dos recursos pessoais e reduzir a incidência de problemas financeiros graves" (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018, p.15)

A educação financeira traz vantagens não só para as pessoas, mas também ajuda a promover a estabilidade econômica. De acordo com a Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2020, p. 22), "cidadãos financeiramente educados tendem a evitar comportamentos de risco, o que resulta em uma economia mais estável". Essa estabilidade é crucial não só para os indivíduos, mas também para o sistema econômico como um todo, pois reduz o risco de crises financeiras pessoais que podem ter impactos mais amplos.

Fomentar a educação financeira é fundamental para o avanço social e a diminuição das desigualdades afirmam Silva e Almeida (2021, p. 45), "o fortalecimento da educação financeira nas comunidades pode contribuir significativamente para a diminuição da desigualdade econômica, possibilitando o acesso ao conhecimento financeiro a todos os cidadãos".

A educação financeira também é um importante instrumento para diminuir as desigualdades sociais. Indivíduos de diferentes origens socioeconômicas podem ser ajudados a administrar melhor seus recursos por meio do acesso à educação financeira. Isso pode promover uma distribuição mais justa das oportunidades financeiras. Segundo Vieira et al. (2011 p.12) afirma que "a educação financeira pode atuar como um equalizador social, capacitando indivíduos com menos recursos a tomar decisões financeiras mais informadas e, portanto, melhorar sua condição econômica".

É importante ressaltar a conexão entre a educação financeira e a prevenção de crises financeiras. Segundo Ferreira e Azevedo (2019, p. 30) observaram "cidadãos bem informados sobre finanças pessoais são menos propensos a se endividar excessivamente e a enfrentar dificuldades financeiras" Portanto, a aplicação de recursos em programas de educação financeira pode levar a uma população mais resistente e apta a lidar com adversidades econômicas.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define a educação financeira como o processo pelo qual investidores e consumidores aprendem sobre produtos e conceitos financeiros e desenvolvem habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades envolvidos, fazendo escolhas bem informadas e sabendo o que comprar. (SEGUNDO LEAL E MELO 2007. P. 3 APUD BRITO ET AL, 2012).

as habilidades financeiras, no Brasil, são tratadas de forma restrita aos estudos de nível superior em cursos como Administração, Economia, Contabilidade ou através da vivência no âmbito profissional. Fora destas áreas as pessoas podem não ter oportunidades que lhe permitam fomentar o conhecimento financeiro, mesmo este aprendizado se mostrar importante



para a tomada de decisões e formulação orçamentária. Entretanto atuar acadêmica ou profissionalmente nas áreas financeiras, não eliminam a possibilidade de o indivíduo não conseguir lidar com questões relacionadas a suas finanças.

Portanto, de acordo com os dados do SPC (2017), em janeiro de 2017, aproximadamente 58,3 milhões de ações foram realizadas.

Cerca de 700 mil indivíduos foram inscritos em programas de proteção ao crédito, um crescimento de aproximadamente 700 mil em relação ao mesmo período de 2016. Contudo, a entidade comunicou que as projeções de inadimplência para o terceiro trimestre de 2016 sofreram uma pequena diminuição devido às limitações de crédito.

Embora esses sejam dados coletados, eles abordam os efeitos de escolhas pessoais. Conforme afirmado por Vieira, Bataglia e Sereia (2011).

Quanto a competências, Hira (2009) aponta que ser educado financeiramente significa estar bem informado sobre assuntos como dinheiro, crédito, investimentos, bancos, seguros, impostos e gestão financeira (por exemplo, risco, perda, ganho), além de ser dotado da capacidade de usar esse conhecimento para planejar e tomar decisões financeiras corretas. Já de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE E&G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 18, n. 49, jan./Abr. 2018 107 (2005) uma pessoa educada financeiramente deve deter a capacidade de gerir suas finanças pessoais através de processos que envolvem orçamentos, poupança e investimento.

[..] A falta de conhecimento financeiro leva as pessoas a decisões menos eficazes e racionais, além disso, essas pessoas se tornam alheias a diversos conceitos e produtos financeiros ofertados pelos mercados, implicando na educação financeira como uma das ferramentas crucial no que tange às decisões financeiras de um indivíduo” (JONSSON; SÖDERBERG; WILHELMSSON,2017).

#### **4.1 Impactos da falta de educação financeira nos jovens**

A falta de conhecimento financeiro pode ter um impacto significativo na vida dos jovens, afetando sua capacidade de administrar suas próprias finanças pessoais, fazer escolhas financeiras informadas e planejar seu futuro financeiro. Esses efeitos podem se manifestar de várias formas, como endividamento precoce, problemas para economizar dinheiro e dificuldades para desenvolver hábitos financeiros saudáveis.

#### **4.1.1 Endividamento Precoce**

A ausência de conhecimento financeiro adequado pode levar os jovens a um ciclo de endividamento, dificultando a gestão de suas finanças pessoais e resultando em problemas financeiros significativos" (SOUZA; LIMA, 2020, p. 45).

O endividamento precoce é um dos efeitos mais evidentes da falta de educação financeira. Jovens que não entendem muito sobre finanças geralmente assumem dívidas sem saber o que isso significa.

Jovens sem a devida orientação em educação financeira frequentemente utilizam o crédito de forma irresponsável, o que pode levar a um ciclo vicioso de endividamento e dificuldades em cumprir obrigações financeiras" (MARTINS; OLIVEIRA, 2021, p. 32).

#### **4.1.2 Dificuldades para Planejar e Economizar**

A falta de conhecimento financeiro também afeta a capacidade dos jovens de economizar dinheiro e fazer planos para seu futuro. Muitos jovens não entendem a importância do planejamento financeiro e da poupança e não conseguem estabelecer metas financeiras e criar um plano para alcançá-las.

"A falta de uma educação financeira eficaz impede que os jovens adotem hábitos de poupança e planejamento, resultando em desafios financeiros significativos no futuro" (COSTA; PEREIRA, 2022, p. 50).

#### **4.1.3 Criar hábitos de gestão financeira saudáveis**

Para desenvolver hábitos financeiros saudáveis, é fundamental ter uma boa educação financeira. A adoção de práticas como orçamento pessoal, controle de gastos e investimento pode ser difícil para jovens que nunca tiveram conhecimento básico de gestão financeira.

A educação financeira é fundamental para que os jovens desenvolvam habilidades de gestão e façam escolhas financeiras conscientes ao longo da vida (CONEF, 2020).

### **5. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS**

A educação financeira nas escolas tem uma evolução significativa, refletindo as mudanças econômicas e sociais ao longo das décadas. A inclusão de conceitos financeiros no currículo escolar tem como objetivo preparar os jovens para tomarem decisões financeiras corretas e gerir seus recursos de forma eficiente.

O ensino de finanças nas escolas tem sua origem no início do século XX, quando a necessidade de preparar os estudantes para um ambiente econômico cada vez mais complexo foi percebida. De acordo com o Council for Economic Education (CEE), as primeiras iniciativas de educação financeira começaram durante a Grande Depressão dos anos 1930. Naquele momento, havia um crescente reconhecimento da relevância de ensinar os jovens sobre finanças pessoais para ajudá-los a lidar com a crise econômica (CEE, 2005)

Durante as décadas seguintes, a educação financeira nas escolas continuou se expandindo, mas, às vezes, de forma fragmentada e sem uma abordagem sistemática. A partir dos anos 1970, com o aumento da complexidade dos mercados financeiros e a globalização econômica, houve um movimento para formalizar e ali integrar a disciplina de finanças nos currículos escolares. O CEE (2005) ressalta que, nos anos 1990, diversos estados dos Estados Unidos adotaram padrões de educação financeira e implementaram programas obrigatórios para assegurar que todos os estudantes tivessem acesso a informações sobre finanças fundamentais.

O ensino de finanças nas escolas começou no início do século XX, especialmente durante a Grande Depressão dos anos 1930, quando se reconheceu a importância de preparar os jovens para um ambiente econômico complexo. Apesar da expansão nas décadas seguintes, essa educação foi muitas vezes fragmentada. A partir dos anos 1970, com a complexidade crescente dos mercados financeiros, houve um movimento para formalizar a disciplina nos currículos escolares. Nos anos 1990, vários estados dos EUA adotaram padrões e programas obrigatórios de educação financeira, garantindo que todos os estudantes tivessem acesso a conhecimentos fundamentais sobre finanças. Essa evolução é essencial para capacitar as novas gerações a tomar decisões financeiras informadas.

No Brasil, a educação financeira nas escolas começou a ser estudada formalmente na década de 2010. A elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) pelo Banco Central do Brasil em 2008 foi um marco significativo. A ENEF foi criada para incentivar a educação financeira em diferentes níveis de ensino e para diversas faixas etárias, com o objetivo de aumentar a conscientização sobre a relevância da gestão financeira (EDUCAÇÃO FINANCEIRA BRASIL, 2015)

O relatório do National Endowment for Financial Education (NEFE) de 2022 ressalta que, recentemente, a educação financeira tem se tornado cada vez mais presente no currículo escolar, mostrando uma compreensão mais aprofundada da

necessidade de preparar os jovens para os desafios econômicos do século XXI. A ENEF destaca que a educação financeira atual não apenas ensinar habilidades práticas de administração financeira, mas também promove a compreensão dos conceitos econômicos e financeiros em um contexto mais amplo (ENEF, 2022)

Atualmente, a instrução financeira nas instituições de ensino está se adequando às mudanças nas condições econômicas e tecnológicas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seu relatório de 2021, salienta que a integração de tecnologias digitais e métodos de ensino inovadores tem se tornado cada vez mais importante na educação financeira. A OCDE recomenda que as instituições de ensino adotem abordagens modernas e interativas para engajar os estudantes e prepará-los para o ambiente financeiro digital (OCDE, 2021)

Além disso, há uma crescente ênfase na personalização da educação financeira para atender às necessidades específicas dos estudantes, considerando diferentes contextos culturais e econômicos. Essa abordagem tem como objetivo assegurar que todos os estudantes recebam uma instrução relevante e eficiente, adequada às suas necessidades individuais e locais (OCDE, 2021).

Educação financeira nas escolas começou a se destacar na década de 1990. De acordo com um relatório da Council for Economic Education (CEE), os esforços para incluir a educação financeira no currículo escolar se intensificaram em resposta às mudanças nos mercados financeiros e à necessidade de preparar os estudantes para o mundo financeiro moderno. Até o final dos anos 1990, diversos estados dos Estados Unidos haviam implementado programas de educação financeira, reconhecendo sua relevância para a educação dos jovens (CEE, 2005).

A partir da década de 2010, no Brasil, a prática da educação financeira nas escolas começou a se tornar mais sistemática. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) aponta que a inclusão da educação financeira no currículo escolar brasileiro tem como objetivo atender à crescente demanda por informações sobre finanças pessoais e preparar os jovens para um mercado financeiro globalizado. O IDEC salienta que a educação financeira nas escolas brasileiras tem como objetivo reduzir problemas financeiros futuros e incentivar uma cidadania econômica mais informada (IDEC, 2017).

## **5.1 A importância da educação financeira na formação dos jovens**

A instrução financeira tem um papel crucial na educação dos jovens, uma vez que fornece as ferramentas necessárias para uma administração eficiente de recursos ao longo da vida. A relevância desse aprendizado é amplamente reconhecida por educadores e pesquisadores, e sua inclusão no currículo escolar tem sido uma resposta às demandas crescentes de uma sociedade financeira complexa.

Segundo o National Endowment for Financial Education (NEFE 2000), a educação financeira é crucial para ajudar os jovens a desenvolverem habilidades que serão fundamentais para a tomada de decisões financeiras ao longo da vida. A NEFE enfatiza que a instrução financeira prepara os jovens para enfrentar os desafios financeiros do futuro, incentivando uma maior compreensão sobre como administrar financeiramente.

A instrução financeira é essencial na educação dos jovens, pois oferece ferramentas fundamentais para uma administração eficiente dos recursos ao longo da vida. Este aprendizado é cada vez mais reconhecido por educadores e pesquisadores, refletindo a necessidade de adaptar os currículos escolares às demandas de uma sociedade financeira complexa.

De acordo com o National Endowment for Financial Education (NEFE 2000), a educação financeira capacita os jovens a desenvolver habilidades críticas para a tomada de decisões financeiras. Essa preparação é vital para que eles enfrentem desafios financeiros futuros, promovendo uma compreensão mais profunda sobre gestão e planejamento financeiro. Além disso, ao adquirir conhecimentos financeiros, os jovens se tornam mais autônomos e confiantes em suas escolhas, o que contribui para sua segurança econômica e bem-estar. Portanto, a inclusão da instrução financeira nos currículos escolares não é apenas uma tendência, mas uma necessidade para o desenvolvimento integral dos jovens na sociedade contemporânea.

Além dos benefícios práticos, a educação financeira ajuda significativamente o crescimento pessoal dos jovens. Huston (2010) sustenta que a educação financeira não apenas desenvolve competências para administrar o dinheiro, mas também contribui para o aprimoramento de competências de decisão e planejamento, elementos cruciais para o êxito tanto pessoal quanto profissional.

A educação financeira precoce ajuda os jovens a reconhecerem a relevância da economia e da gestão correta dos recursos (HUSTON, 2010).

Assim sendo, a inclusão da disciplina de finanças no currículo escolar não apenas prepara os estudantes para enfrentar os desafios financeiros, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis. A evolução dessa abordagem educacional indica um crescente reconhecimento da educação financeira como um elemento essencial para a estabilidade econômica e o êxito pessoal.

## **6. IMPACTO NAS DECISÕES FINANCEIRAS FUTURAS**

Segundo pesquisa realizada por Vieira e Sousa (2017), a maioria dos jovens brasileiros que terminam o ensino médio não possui um nível adequado de alfabetização financeira. O estudo indica que a falta de conhecimento sobre como gerir os recursos financeiros, aliada à falta de planejamento para o futuro, contribui para um comportamento de consumo impulsivo e para a acumulação de dívidas desde tenra idade. Esta realidade mina o potencial de crescimento financeiro e aumenta a fiabilidade do crédito, especialmente do crédito de custos elevados, como os cartões de crédito rotativos.

Segundo Moura e Ribeiro (2019), a inclusão da educação financeira no currículo escolar pode ajudar os jovens a desenvolver uma atitude mais consciente em relação às suas finanças. Sugerem que os cursos de educação financeira têm o potencial de influenciar positivamente as decisões de consumo e investimento, promovendo assim a capacidade de poupar e planejar o futuro. O impacto desta educação é ainda mais importante quando os jovens estão em transição para a idade adulta, uma vez que as decisões financeiras tomadas nesta fase moldam as suas oportunidades a longo prazo.

Além disso, Araújo e Silva (2020) indicam que muitos jovens tomam decisões financeiras de curto prazo sem considerar implicações futuras, como o acúmulo de dívidas estudantis e a falta de controle financeiro. Os autores enfatizam a importância de programas de orientação financeira voltados especificamente para essa faixa etária, com o objetivo de fornecer ferramentas práticas que ajudem os jovens a lidar com as demandas financeiras do dia a dia.

Pesquisa de Brasil e Castro (2021) mostra que recém-formados no ensino médio que receberam aconselhamento financeiro têm maior probabilidade de fazer escolhas mais informadas, como evitar dívidas caras, investir no ensino superior de

forma planejada e até começar a investir mais cedo. anos. Estes jovens tendem a demonstrar maior resiliência face às crises financeiras porque compreendem a importância de constituir reservas financeiras e de gerir eficazmente as suas despesas

### **6.1 Grau de endividamento**

Segundo o estudo de Silva e Fernandes (2018), o endividamento da família brasileira aumentou nos últimos anos devido à elevada dependência do crédito ao consumo. O relatório afirma que a popularização do uso de cartões de crédito, financiamentos e empréstimos contribui para o aumento do nível de endividamento, principalmente entre as famílias de baixa renda. O alto custo do crédito no Brasil, como as altas taxas de juros e o uso de crédito rotativo, acaba tornando cada vez mais difícil o pagamento de dívidas, criando um ciclo de endividamento.

Em outro estudo, Santos e Lima (2019) afirmam que a falta de planejamento financeiro é um fator decisivo que leva ao endividamento elevado. Muitas famílias recorrem ao crédito sem considerar a sua capacidade de reembolso a longo prazo, o que leva ao aumento do endividamento. Segundo os autores, um dos principais problemas é o uso inadequado de linhas de crédito, como cheque especial e cartão de crédito, que possuem taxas de juros mais elevadas. Essa prática acaba consumindo grande parte da renda da família, prejudicando sua capacidade de investir e poupar.

Além disso, segundo o estudo de Oliveira e Gomes (2020), o endividamento excessivo não afeta apenas o bem-estar financeiro, mas também a saúde mental dos indivíduos. Famílias com elevado endividamento tendem a ter um maior nível de stress e ansiedade, o que pode ter um impacto negativo noutras áreas das suas vidas. O estudo sugere que políticas de educação financeira e aconselhamento sobre o uso consciente do crédito são fundamentais para reduzir o nível de endividamento.

Outro ponto destacado por Almeida (2021) é que o nível de endividamento também afeta o mercado como um todo. Quando as famílias estão muito endividadas, há uma queda no consumo, o que afeta a economia em geral. Portanto, é importante que políticas públicas sejam implementadas não só para facilitar o acesso ao crédito, mas também para promover o seu uso responsável.

## 7. Análise do Google Forms: "A Vida Financeira e Seu Impacto na Vida dos Jovens"

A gestão financeira é uma habilidade crucial para a vida adulta, influenciando diretamente a estabilidade e o bem-estar dos indivíduos. Este estudo visa analisar a vida financeira dos jovens, identificando seu nível de conhecimento, práticas de controle financeiro e planejamento futuro. Através de um questionário no Google Forms, foram coletadas respostas que fornecem insights sobre o comportamento financeiro dos jovens em idade escolar.

### Perfil dos respondentes

#### 1. Idade:

18 ou mais: 38%

17 anos: 32%

16 anos: 27%

15 ou menos: 3%

A maioria dos respondentes está no último ano do Ensino Médio (38%), indicando uma faixa etária próxima à entrada no mercado de trabalho ou no ensino superior.

#### 2. Ano Escolar:

3º Ensino Médio: 51%

2º Ensino Médio: 29%

1º Ensino Médio: 20%

Predominância de alunos no último ano do Ensino Médio, sugerindo que as respostas refletem uma maturidade financeira maior.



## Conhecimento e Educação Financeira

### 3. Conhecimento sobre Educação Financeira:

Sim: 78%

Não: 22%

A maioria dos jovens possui algum nível de conhecimento sobre educação financeira, o que é um indicador positivo para a sua capacidade de gerir finanças pessoais.

### 4. Orientação sobre Educação Financeira na Escola:

Sim: 44%

Não: 56%

Apesar do alto índice de conhecimento, mais da metade dos jovens não recebeu orientação formal sobre o tema, indicando uma lacuna na educação escolar.

## Renda e Controle Financeiro

### 5. Recebimento de Renda Mensal:

Sim: 78%

Não: 22%

A maioria dos jovens possui uma fonte de renda, seja por mesada, trabalho ou outras fontes, o que destaca a importância da gestão financeira desde cedo.

### 6. Controle da Renda:

Não controla: 32%

Anota em caderno/bloco: 27%

Uso de planilha: 21%

Aplicativos de controle financeiro: 21%

Peça ajuda: 16%

Um terço dos jovens não controla sua renda, evidenciando uma área crítica que necessita de intervenção educativa para melhorar a gestão financeira.

#### 7. Organização da Utilização da Renda:

Estabelecendo limite de gastos: 49%

Orçamento mensal detalhado: 22%

Não organiza: 19%

Metas financeiras: 17%

Análise de despesas anteriores: 17%

Separando para economias: 16%

Reavaliação de metas: 11%

A principal estratégia adotada é o estabelecimento de limites de gastos, sugerindo uma abordagem prática, mas limitada, na gestão financeira.

Trabalho e Economia

## 8. Trabalho:

Sim: 53%

Não: 47%

A quase divisão igualitária entre jovens que trabalham e não trabalham reflete a diversidade de situações financeiras entre os respondentes.

## 9. Economia da Mesada ou Salário:

Sim: 92%

Não: 8%

Não trabalha: 5%

Não recebe mesada: 2%

Uma grande maioria economiza parte de sua renda, demonstrando uma tendência positiva em relação à poupança.

## 10. Métodos de Guarda do Dinheiro:

Conta poupança: 46%

Investimento em ações/fundos: 34%

Fundo de emergência: 34%

Planejamento financeiro a longo prazo: 12%

A preferência por contas poupança e investimentos indica uma consciência sobre a importância de diversificar as formas de guardar dinheiro.

#### 11. Conta Poupança ou Investimento:

Sim: 76%

Não: 24%

A maioria possui algum tipo de conta de poupança ou investimento, refletindo um nível de engajamento financeiro.

#### 12. Decisão de Investimento:

Consultando amigos/familiares: 45%

Pesquisas e estudos: 39%

Aplicativos/plataformas: 34%

Notícias/mídia: 11%

Grupos/comunidades online: 4%

A influência de amigos e familiares é significativa, o que pode ser positivo ou negativo dependendo da qualidade das informações recebidas.

#### Comportamento de Consumo

#### 13. Fatores que Influenciam as Decisões de Compra:

Necessidade e orçamento: 73%

Promoções/descontos: 45%

Opiniões de amigos/familiares: 27%

Influenciadores/celebridades: 15%

Publicidade: 6%

A análise pessoal de necessidade e orçamento é o principal fator, indicando uma abordagem racional nas decisões de compra.

14. Planejamento de Compras:

Análise detalhada do orçamento: 63%

Verificação de disponibilidade financeira: 28%

Ajuste posterior ao orçamento: 13%

Nenhum planejamento: 6%

A maioria dos jovens realiza um planejamento financeiro antes de efetuar compras, o que reforça a importância da educação financeira.

Planejamento Financeiro para o Futuro

15. Planejamento Financeiro para o Futuro:

Sim: 95%

Não: 5%

A quase unanimidade possui algum tipo de planejamento financeiro, demonstrando uma visão de longo prazo.

16. Tipos de Planejamento Financeiro:

Comprar casa/apartamento: 53%

Economizar para faculdade/cursos: 33%

Investir em negócio próprio: 25%

Comprar carro: 23%

Viagem dos sonhos: 23%

Aposentadoria antecipada: 14%

Doações para caridade: 6%

Nenhum planejamento: 5%

As prioridades financeiras refletem objetivos de estabilidade e crescimento, como a aquisição de imóveis e educação superior.

### **7.1 Discussão sobre o resultado da pesquisa**

Os resultados indicam que, apesar de uma boa parcela dos jovens possui conhecimento sobre educação financeira e praticar hábitos positivos como a economia e o planejamento, ainda existem áreas que necessitam de aprimoramento. A falta de orientação formal na escola é uma lacuna significativa que pode ser endereçada através da inclusão de disciplinas de educação financeira no currículo escolar.

Além disso, a dependência de fontes informais para decisões de investimento, como amigos e familiares, sugere a necessidade de promover fontes de informação mais confiáveis e estruturadas. A ausência de controle financeiro em cerca de um

terço dos respondentes e a falta de organização em alguns aspectos reforçam a importância de programas educacionais que enfatizem a importância da gestão financeira.

## **7.2 Resultado da pesquisa**

A análise dos dados revela um panorama promissor, onde a maioria dos jovens demonstra consciência financeira e práticas adequadas de gestão de renda. No entanto, a ausência de orientação formal e a dependência de métodos informais para controle e investimento indicam áreas que podem ser melhoradas. A implementação de programas educativos mais robustos e a promoção de ferramentas digitais de gestão financeira podem fortalecer ainda mais a capacidade dos jovens em gerir suas finanças de maneira eficiente, preparando-os para desafios futuros.

## **8. CONCLUSÃO**

A conclusão sobre a educação financeira dos jovens destaca a importância crucial dessa formação para a construção de um futuro financeiro saudável. A análise histórica e conceitual da educação financeira evidencia sua relevância no contexto atual, onde o consumismo exacerbado e as estratégias de marketing influenciam as decisões de compra dos jovens.

Apesar de recentemente a educação financeira ter sido inserida no currículo escolar, ela ainda não é obrigatória em todas as instituições, o que limita o acesso dos jovens a esse conhecimento. Os dados coletados na pesquisa de campo mostram que a falta dessa formação resulta em altos índices de endividamento e inadimplência entre os jovens, reforçando a necessidade urgente de ampliar sua presença nas escolas.

A educação financeira não apenas capacita os jovens a tomarem decisões financeiras mais conscientes, mas também promove uma melhor compreensão do mercado de trabalho e suas implicações econômicas. Assim, a implementação de programas de educação financeira nas escolas é essencial para preparar os jovens para os desafios econômicos do futuro, contribuindo para a formação de cidadãos mais informados e menos vulneráveis às armadilhas do consumismo. Investir na educação financeira é, portanto, um passo fundamental para garantir uma sociedade mais equilibrada e financeiramente saudável.



## REFERÊNCIAS

- Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. \*Dialética do Esclarecimento.\* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1944.
- Alda, Britto da Motta; Weller, Wivian. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica, 2010.
- Almeida, R. F. Impacto do endividamento das famílias na economia brasileira. \*Revista de Economia e Finanças,\* 16(3), 45-62, 2021.
- Araújo, M. F.; Silva, L. C. Educação financeira e a juventude: Análise das práticas e decisões financeiras dos jovens no Brasil. \*Revista Brasileira de Educação Financeira,\* 12(1), 45-62, 2020.
- Associação Brasileira de Educadores Financeiros (ABEF). Relatório de Educação Financeira 2018. São Paulo: ABEF, 2018. Disponível em: [<https://www.abef.org.br/relatorio-2018>](<https://www.abef.org.br/relatorio-2018>).
- Bauman, Zygmunt. \*Consumo, Morte e Vida Pós-Moderna.\* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- Blanchard, O.; Johnson, D. R. \*Macroeconomics.\* 6. ed. Boston: Pearson, 2013.
- Bodie, Z.; Kane, A.; Marcus, A.J. \*Investments.\* 10. ed. Boston: McGraw-Hill Education, 2014.
- Brigham, E. F.; Ehrhardt, M. C. \*Financial management: theory & practice.\* 15. ed. Boston: Cengage Learning, 2016.
- Brito, L. S., et al. A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários. \*IX Simpósio de Excelência em Gestão de Tecnologia,\* 2012.
- Damodaran, A. \*Applied corporate finance.\* 4. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015.
- Debord, Guy. \*A Sociedade do Espetáculo.\* Paris: Buchet-Chastel, 1967.
- Ellen MacArthur Foundation. Towards the Circular Economy, 2013.
- Farias, Carlos Manoel de. Um estudo sobre educação financeira e endividamento de policiais militares do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2022.
- Filho, Gino Giacomini. \*Consumidor versus Propaganda.\* 3. ed. São Paulo: SUMMUS, 1991.
- Friedman, M. \*Monetary history of the United States, 1867-1960.\* Princeton: Princeton University Press, 1970.
- Fundação Getúlio Vargas (FGV EBAPE). Mestrado em Gestão Empresarial. Rio de Janeiro: FGV EBAPE, 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). \*Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018.\*

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Educação Financeira como Ferramenta de Equidade. São Paulo: IDEC, 2019. Disponível em: [<https://idec.org.br/>](<https://idec.org.br/>).

Keynes, J. M. \*The general theory of employment, interest, and money.\* London: Macmillan, 1936.

Klein, Naomi. \*No Logo: Taking Aim at the Brand Bullies.\* New York: Knopf Canada, 1999.

Krugman, P.; Wells, R. \*Economics.\* 5. ed. New York: Worth Publishers, 2018.

Lieder, M.; Rashid, A. Towards circular economy implementation: A comprehensive review in context of manufacturing industry. \*Journal of Cleaner Production,\* v. 115, p. 36–51, 2016.

Limeira, Tania M. Vidigal. \*E-marketing.\* 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Mankiw, N. G. \*Principles of economics.\* 8. ed. Boston: Cengage Learning, 2017.

Marion, J. C. \*Contabilidade: uma abordagem gerencial.\* 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Marshall, J. M.; Haynes, K. The Circular Economy: Interdisciplinary Explorations, 2017.

Nielsen. Global Trust in Advertising: Winning Strategies for an Evolving Media Landscape. 2020.

Samuelson, P. A. Nordhaus, W. D. \*Economics.\* 19. ed. Boston: McGraw-Hill Education, 2010.

Silva, M. L. \*Planejamento e controle financeiro.\* 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

Souza, João. Millennials e a transformação do mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

SPC Brasil. Endividamento e Educação Financeira entre Jovens. São Paulo: SPC Brasil, 2018.

Vieira, C. F.; Sousa, M. A. A influência da educação financeira no comportamento de consumo dos jovens no Brasil. \*Revista Econômica,\* 18(2), 33-48, 2017.

Zimmerman, J. L. Contabilidade Baseada em Gestão Moderna. \*Finanças Gerenciais.\*